

UFMG mapeia violência doméstica por 5 anos em BH e conclui: tempo entre agressões diminui à medida que casos se repetem

Segundo estudo, entre 1ª e 2ª ocorrência há intervalo de 1 ano, em média. Entre 5ª e 6ª, tempo cai para menos da metade

[\(G1 | 21/09/2020 | Por Raquel Freitas\)](#)

Um estudo desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), monitorou por um período de cinco anos os casos de violência doméstica em Belo Horizonte. E a conclusão do estudo traz um alerta: quanto mais os casos se repetem, menor é o intervalo de tempo para que as vítimas voltem a sofrer agressões.

De acordo com o coordenador do estudo, o professor do Departamento de Sociologia da UFMG Bráulio Figueiredo, a pesquisa analisou os atendimentos das polícias Civil e Militar com indícios de violência doméstica entre 2013 e 2018 na capital mineira. Entre os crimes, estão principalmente ameaça, lesão corporal, além de vias de fato e agressão.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Levante Sua Voz! Podcast fala sobre direitos sexuais e reprodutivos e como eles se relacionam com o direito à comunicação

[\(Intervozes | 21/09/2020\)](#)

A segunda edição do podcast do Intervozes fala dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e como eles se relacionam com o direito à comunicação. Desamparadas e com pouca informação, as mulheres acabam se tornando vítimas de procedimentos arriscados. Dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2018, mostram que uma mulher morre a cada dois dias no Brasil por aborto inseguro. Outro problema é que o tema dos direitos sexuais e reprodutivos é representado pela mídia através de um discurso que muitas vezes desinforma e reforça a criminalização e o estigma, sem aprofundamento e diversidade de ideias.

De outro lado, as mídias independentes e feministas trabalham para preencher essa lacuna da falta de informação, cumprindo um papel central na garantia dos direitos das mulheres. O “Levante sua Voz” é uma produção coletiva quinzenal, construída a muitas mãos.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

“Quem abusa de criança não tem transtorno mental, só se sente no direito”

[\(Uol | 19/09/2020 | Por Luciana Temer\)](#)

O discurso de que o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma violência excepcional e praticada por “monstros” é parte das ideias que a advogada Luciana Temer quer combater. “Minha briga é mostrar para as pessoas que essa violência não é excepcional, é cotidiana. Mais do que cotidiana, ela é praticada por pessoas de bem”, diz. “As pessoas que abusam de crianças não têm, a princípio, grave transtorno mental, elas só se sentem no direito. E se sentem no direito porque somos uma sociedade que permite. A gente permite porque fica em silêncio.”

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Como o feminismo deve tratar o abuso sexual? Uma batalha na França patriarcal

A prefeita de Paris, Anne Hidalgo, 61 anos, e a recém-eleita vereadora da capital francesa Alice Coffin, 42, ilustram o embate entre a tradição do feminismo universalista francês com uma nova onda do movimento, que tem no centro de sua atuação o combate à violência contra a mulher

[\(G1 | 19/09/2020 | Por Norimitsu Onishi\)](#)

PARIS - Elas pareciam aliadas naturais. Ambas são mulheres no mundo dominado pelos homens da política francesa. Ambas parceiras na aliança de esquerda que governa Paris. Ambas [feministas](#). Mas as duas mulheres chegaram a definir as tendências concorrentes do feminismo francês de diferentes gerações e recentemente se encontraram em extremos opostos de uma briga política antiquada.

Anne Hidalgo, 61, prefeita de Paris regularmente mencionada como uma futura candidata à presidência, incorpora uma tradição do feminismo francês que luta pelos direitos das mulheres dentro da estrutura legal de acordo com os [valores universalistas do país, como igualdade e liberdade](#).

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

Levante Sua Voz! Podcast fala sobre direitos sexuais e reprodutivos e como eles se relacionam com o direito à comunicação

[**\(Intervozes | 17/09/2020\)**](#)

A segunda edição do podcast do Intervozes fala dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e como eles se relacionam com o direito à comunicação. Desamparadas e com pouca informação, as mulheres acabam se tornando vítimas de procedimentos arriscados. Dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2018, mostram que uma mulher morre a cada dois dias no Brasil por aborto inseguro. Outro problema é que o tema dos direitos sexuais e reprodutivos é representado pela mídia através de um discurso que muitas vezes desinforma e reforça a criminalização e o estigma, sem aprofundamento e diversidade de ideias. De outro lado, as mídias independentes e feministas trabalham para preencher essa lacuna da falta de informação, cumprindo um papel central na garantia dos direitos das mulheres.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

Mulheres em movimento no 28 de setembro - Dia de Ação Global pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro

[\(Folha de Pernambuco| 17/09/2020 | Por Maria José Araújo\)](#)

A partir de hoje, até início do mês de outubro, a coluna publica uma série voltada ao tema da liberdade reprodutiva. A proposta é trazer informações atualizadas, ao mesmo tempo em que MULHERES EM MOVIMENTO (MeM) se soma às ações dos movimento feministas, outras organizações, instituições e ativismos, em defesa dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Abre a série uma entrevista com a médica baiana, psicanalista, Maria José de Oliveira Araújo (MJA). Ativista dos Direitos Humanos das mulheres, membro da Rede Feminista de Saúde e da Rede Médica pelo Direito de Decidir. Foi coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher na prefeitura de Luíza Erundina, em São Paulo, e do Ministério da Saúde, no 1º governo Lula. Leia, comente, compartilhe!

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

MPF prorroga prazo para apresentação de projetos voltados à divulgação da Lei do Minuto Seguinte

Propostas podem ser enviadas até o dia 2 de outubro; desinformação sobre a lei ainda impede que vítimas de violência sexual tenham seus direitos

respeitados

(MPF)

O Ministério Público Federal (MPF) prorrogou até o próximo dia 2 de outubro o prazo para a apresentação de projetos de comunicação que tornem a Lei do Minuto Seguinte mais conhecida pela população e estimulem o debate sobre como melhorar e tornar mais humanizado e acolhedor o atendimento no SUS às vítimas de violência sexual. As propostas contemplando **ações de auditoria de campanha e advocacy digital** devem se voltar à divulgação dos principais tópicos da Lei nº 12.845/2013, que estabelece os direitos dessas pessoas, entre eles a assistência obrigatória, emergencial e integral em hospitais da rede pública.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

STF marca julgamento de ações contra portaria que dificulta aborto legal

Em paralelo à estratégia jurídica, há outras duas articulações em curso: pressionar o ministério para revogar a portaria e votar uma proposta no Congresso que derrube a norma.

(HuffPost | 16/09/2020)

O **STF (Supremo Tribunal Federal)** começará a julgar em 25 de setembro duas ações apresentadas contra a portaria do Ministério da Saúde que instituiu novas obrigações para a realização do aborto legal no País. O ministro **Ricardo Lewandowski** é relator e julgamento será realizado no Plenário Virtual, devido à pandemia do novo **coronavírus**. Como padrão deste sistema, o julgamento terá duração de sete dias. **Terá início na sexta-feira (25) e ministros devem concluir o julgamento até a outra sexta, 2 de outubro.**

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro

Mais de um terço dos estados não divulga informações sobre a raça das vítimas; mesmo entre aqueles que divulgam, o campo aparece como ‘não informada’ em boa parte dos registros. Especialistas apontam que mulheres negras têm mais dificuldade em denunciar crimes e acessar serviços públicos de proteção na pandemia.

[\(G1 | 16/09/2020 | Por Clara Velasco, Felipe Grandin, Gabriela Caesar e Thiago Reis\)](#)

Mais de um terço dos estados do país não divulga a raça das mulheres vítimas de violência. E, mesmo entre os que divulgam, os dados apresentam falhas, já que, em boa parte, o campo aparece como “não informada”.

Considerando apenas os dados disponibilizados de forma completa, os números apontam que cerca de 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil são negras. O percentual diminui para quase 50%, no entanto, do total de vítimas de agressões cometidas por companheiros em casa e estupros.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

CNJ exclui condenados por violência contra a mulher da recomendação que prevê soltura de presos por risco da Covid-19

No primeiro ato à frente da presidência do CNJ, ministro restringiu possibilidade de reavaliação de prisões e progressão de regimes para detentos condenados por crimes contra a administração pública e violência contra a mulher

[\(Estadão | 15/09/2020 | Por Paulo Roberto Netto\)](#)

No primeiro ato à frente da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Luiz Fux excluiu condenados por corrupção e lavagem de dinheiro da recomendação que prevê a soltura de presos do grupo de risco da covid-19. A medida também atinge quem foi sentenciado por integrar organização criminosa, crimes hediondos ou violência contra a mulher. A mudança, segundo Fux, considerou que o Brasil 'não pode retroceder no combate à criminalidade organizada e no enfrentamento à corrupção' e que 'medidas rigorosas' devem ser adotadas no enfrentamento à violência doméstica, que tem crescido desde o início da pandemia.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)